

TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE SÃO PAULO – TCESP

ALERTAS E PARECERES DESFAVORÁVEIS – 2008 A 2010

INTRODUÇÃO

O Tribunal de Contas do Estado de São Paulo (TCESP), no cumprimento de seu mandato Constitucional e demais regramentos, em especial aquele ditado pela Lei Complementar 101, de 04 de maio de 2000 (Lei de Responsabilidade Fiscal – LRF), emite alertas aos municípios jurisdicionados quanto ao desempenho de suas contas e o cumprimento das metas legalmente estabelecidas.

O não atendimento às recomendações do TCESP, bem como o continuado descumprimento das disposições legais por parte do poder executivo municipal, enseja a emissão de pareceres desfavoráveis nas contas anuais.

Um parecer desfavorável pode ser baseado em mais de um motivo dentre as diversas categorias estabelecidas, como por exemplo, o não cumprimento dos índices mínimos de despesa com educação, saúde e pessoal, ou ainda, endividamento, restos a pagar e outros.

O presente trabalho analisa primeiramente a quantidade de alertas emitidos pelo Tribunal de Contas do Estado de São Paulo (TCESP) nos exercícios de 2008, 2009 e 2010 separados nas categorias: **Cumprimento das instruções do TCESP, EDUCAÇÃO e LRF.**

Na sequência são apresentados os quantitativos dos motivos que ensejaram a emissão de pareceres desfavoráveis por parte dos Excelentíssimos Senhores Conselheiros desta Corte de Contas, nos mesmos exercícios, catalogados por sua natureza.

Analizamos em seguida, o trabalho das Diretorias de Fiscalização e das Unidades Regionais, quanto à geração dos alertas e a motivação para emissão de pareceres desfavoráveis correspondentes às suas respectivas jurisdições.

De posse dos alertas por município e dos pareceres desfavoráveis com sua motivação, obtivemos um cruzamento de dados que apresenta quais os municípios que reincidem nos exercícios analisados, em irregularidades apontadas e na emissão de pareceres desfavoráveis.

Vale ressaltar, no entanto, que nem sempre ao maior número de alertas pode corresponder parecer desfavorável. Nas análises quanto ao volume de alertas emitidos, nos três exercícios verificados, pode se verificar que municípios com setenta alertas em um único exercício podem não ter recebido parecer desfavorável.

A última classificação apresentada neste trabalho, separadamente em cada um dos exercícios, corresponde ao volume de motivos para parecer desfavorável por município.

Por fim, ressaltamos artigo publicado pelo Tribunal, disponível no Portal Institucional, <http://www4.tce.sp.gov.br/sites/default/files/o-alerta-dos-tcs-1.pdf> que reproduzimos a seguir, que muito bem esclarece o papel dos Tribunais de Contas e a importância dos alertas:

“O ALERTA DOS TRIBUNAIS DE CONTAS:

O § 1º do art. 59 da Lei de Responsabilidade Fiscal determina função especial para os Tribunais de Contas, o de alertar o ente estatal como um todo, e, em particular, os Poderes que o compõem, isto claro, quando houver infringência, ou risco de infringência, a preceitos básicos de gestão do dinheiro público.

Eis a objetivação legal do estratégico controle simultâneo, que pode evitar, em tempo hábil, correção na marcha orçamentária por parte do gestor notificado.

Em suma, objetiva o alerta fazer com que as autoridades adotem rápidas providências para o adequado ajuste da despesa, conforme a lei orçamentária anual.

Mediante a análise periódica e sistemática dos relatórios de execução orçamentária e de gestão fiscal, o Tribunal de Contas do Estado de São Paulo, com base no Sistema Audep, acompanha a execução orçamentária do Estado e dos 644 municípios jurisdicionados, alertando seus titulares quanto à iminência de desvios fiscais, quais sejam:

Comprometendo as metas fiscais da lei de diretrizes orçamentárias (LDO), as receitas vêm evoluindo abaixo do esperado e, apesar disso, os Poderes estatais ainda não iniciaram a contenção da despesa não-obrigatória, mediante a limitação de dotações e quotas financeiras.

- Os Poderes do Estado e dos Municípios, bem assim o Ministério Público e o próprio Tribunal de Contas vêm gastando, com pessoal, mais que 90% do específico limite.*

- O nível de endividamento de longo curso atingiu 90% do limite atribuído ao Estado (200% da receita corrente líquida) e aos Municípios (120% da receita corrente líquida)
- Realizadas no exercício, as operações de crédito excederam 14,4% da receita corrente líquida, ou seja, 90% do limite estabelecido na Resolução nº 40/2001, do Senado (16%).
- O saldo das Garantias transpôs 28,8% da receita corrente líquida, ou seja, 90% do parâmetro definido na Resolução Senatorial n.º 3/2002 (32%).
- Os custos de determinados programas já superaram aquilo que se previu na lei de diretrizes orçamentárias.
- Há risco de não se concretizarem os resultados operacionais anunciados no anexo de metas e prioridades da lei de diretrizes orçamentárias.
- Índícios de irregularidade na gestão orçamentária.

O ato do alerta pode dar-se mediante ofício, publicação no Diário Oficial ou qualquer outra forma que o Tribunal de Contas entenda eficaz. No caso desta Corte acontece por notificação eletrônica, mediante o Sistema Audesp.

O instituto do alerta vem sendo, cada vez mais, reconhecido pelas Cortes do Judiciário; eis o que decidiu o Tribunal Superior Eleitoral:

“O Tribunal Superior Eleitoral – TSE, no julgamento do Recurso Especial Eleitoral RESPE nº 8502, considerou que a inobservância aos alertas emitidos pelo Tribunal de Contas do Estado de São Paulo – TCESP configura dolo a ensejar a declaração de inelegibilidade de candidato à prefeitura municipal por improbidade administrativa, nos termos do art. 1º, inciso I, alínea g, da Lei Complementar nº 64/1990.

O recurso foi interposto no pedido de registro de candidatura de José Carlos Calza ao poder executivo de Descalvado, o qual teve as contas relativas aos exercícios de 2007 e 2008 rejeitadas pela Câmara Municipal com base nos pareceres prévios desfavoráveis emitidos por esta Corte de Contas”.

De seu lado, assim decidiu o Superior Tribunal de Justiça:

“Na espécie, o Prefeito, não obstante os sucessivos alertas emitidos pelo Tribunal de Contas do Estado, ampliou, em 75%, a indisponibilidade financeira apurada em 31 de abril de 2004, período em que estava impedido de comprometer receitas em montante superior às que pudessem ser liquidadas no curso do exercício..... É de se entender, portanto, configurado o dolo (ainda que eventual), manifesto na vontade livre e consciente de contrair despesa em nome do município nos dois últimos quadrimestres de seu mandato que não podiam ser cumpridas integralmente dentro dele.... (STJ, 2ª. Turma, AgRg no Agravo de Instrumento nº 1.282.854-SP, rel. Min. Mauro Campbell Marques, 15/03/2011).

Então, os alertas das Cortes de Contas ganham especial significado. Se o Prefeito for notificado que, sob a atual marcha orçamentária, o Município não cumprirá os 25% da Educação ou, talvez, os 15% da Saúde e, mesmo assim, se omite ele à correção de rota, nesse passo, o desrespeito à Constituição e à lei passa a ter feição intencional, premeditada, dolosa.

Acesse a página de Alertas no Portal do Cidadão:

-http://www.portaldocidadao.tce.sp.gov.br/roteador_municipio/alertas

Clique para conferir o Guia para Consulta de Relatórios e Alertas:

-<http://www4.tce.sp.gov.br/sites/default/files/guia-de-consulta-do-relatorio-de-alerta.pdf>".(Extraído do sítio internet do E. Tribunal de Contas do Estado de São Paulo em 08/06/2013)

I – ALERTAS AUDESP

O sistema AUDESP tem emitido alerta em, basicamente, três assuntos:

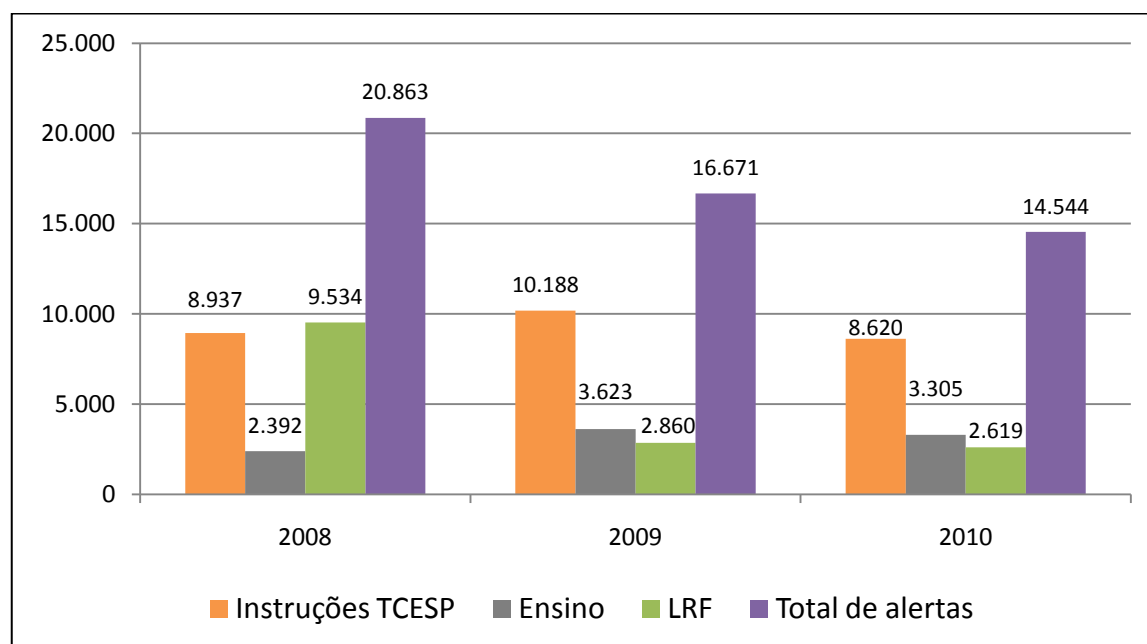
- Descumprimento das instruções do TCESP
- Educação
- Descumprimento da Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF)

Nos exercícios de 2008, 2009 e 2010 verifica-se declínio da atividade de emissão de alertas pelo Tribunal de Contas do Estado de São Paulo (TCESP) conforme se pode verificar na tabela abaixo e gráfico adiante:

Tabela 01 – Alertas emitidos pelo TCESP – base 644 municípios do Estado de São Paulo

ALERTAS	DESCUMPRIMENTO DAS INSTRUÇÕES DO TCE	EDUCAÇÃO	LRF	TOTAL DE ALERTAS
2008	8.937	2.392	9.534	20.863
2009	10.188	3.623	2.860	16.671
2010	8.620	3.305	2.619	14.544

Gráfico 01 – Alertas emitidos pelo TCESP – base 644 municípios do Estado de São Paulo



II – PARECERES DESFAVORÁVEIS

Quanto aos pareceres desfavoráveis em contas dos municípios do Estado de São Paulo, as decisões por parte dos Excelentíssimos Senhores Conselheiros estão relacionadas ao motivos:

- Livros/contabilidade
- Educação
- Ed. Fundamental
- Magistério
- Déficit
- Previdência
- Pessoal
- Saúde
- LRF
- Restos a pagar
- Precatórios
- Outras irregularidades ¹

Começando pelo exercício de 2008, registram-se **duzentas e vinte** contas com parecer desfavorável, tendo sido apontados **quinhentos e um motivos**² para tanto, o que representa 2,29 motivos para cada conta com emissão de alertas na fase de instrução, conforme se verá adiante nas listas de alertas por município.

¹ Neste item são classificados motivos associados ao não cumprimento das instruções do TCESP e assuntos eventualmente não contemplados nas categorias precedentes.

² Quinhentos e um motivos significa a quantidade de vezes que os motivos indicados acima foram apontados

Tabela 02 – Motivos do Parecer Desfavorável em 2008

Motivos do parecer desfavorável	Total
EDUCAÇÃO	126
OUTRAS IRREGULARIDADES	122
PRECATÓRIOS	88
LRF/RESTOS A PAGAR	84
DÉFICIT	37
SAÚDE	20
PESSOAL	13
LIVROS/CONTABILIDADE	6
PREVIDÊNCIA	5
MAGISTÉRIO	1
ED. FUNDAMENTAL	0
TOTAL GERAL	501

Nesse exercício, como se pode verificar, a principal motivação para a emissão do parecer desfavorável é o descumprimento das exigências legais com os gastos na educação.

Nota-se, no entanto, que do terceiro ao quinto item há um importante fator para emissão de parecer desfavorável: a natureza financeira³, que totaliza duzentos e nove motivos.

No ano de 2009 ocorre declínio da quantidade de pareceres desfavoráveis, totalizando cinquenta e cinco casos.

Para fundamentar esses pareceres os motivos foram apontados duzentos e setenta e três vezes, conforme listado abaixo, sendo a Educação, novamente, o de maior incidência dentre todos.

³ Déficit, Precatórios e LRF/ Restos a Pagar

Tabela 03 – Motivos do Parecer Desfavorável em 2009

Motivos do parecer desfavorável	Total
EDUCAÇÃO	37
OUTRAS IRREGULARIDADES	37
DÉFICIT	32
PESSOAL	23
PRECATÓRIOS	22
SAÚDE	21
LRF/RESTOS A PAGAR	21
LIVROS/CONTABILIDADE	20
ED. FUNDAMENTAL	20
MAGISTÉRIO	20
PREVIDÊNCIA	20
TOTAL GERAL	273

Embora com volume não tão relevante, as despesas de pessoal assumem o quarto lugar na classificação acima, com vinte e três casos em 2009 contra 13 casos em 2008.

Os motivos de natureza financeira diminuem para setenta e cinco, praticamente um terço do volume verificado no exercício anterior.

Em 2010 o volume total de motivos que ensejam parecer desfavorável mantém-se estável e outras irregularidades assume o principal de todos os motivos nas 141 contas com parecer desfavorável.

Nota-se que despesas com pessoal aumentam pouco se comparadas a 2009, e que aqueles motivadores de natureza financeira novamente recuam, somando os três o equivalente a sessenta e sete casos.

Educação de qualquer modo permanece como o principal motivador independente apontando crescimento em relação a 2009.

Tabela 04 – Motivos do Parecer Desfavorável em 2010

Motivos do parecer desfavorável	Total
OUTRAS IRREGULARIDADES	86
EDUCAÇÃO	50
DÉFICIT	35
PRECATÓRIOS	29
PESSOAL	25
MAGISTÉRIO	15
LRF/RESTOS A PAGAR	13
LIVROS/CONTABILIDADE	12
SAÚDE	8
ED. FUNDAMENTAL	7
PREVIDÊNCIA	0
TOTAL GERAL	280

III – ALERTAS E PARECERES DESFAVORÁVEIS POR DIRETORIAS DE FISCALIZAÇÃO E UNIDADES REGIONAIS

Os alertas emitidos para os municípios sob a ótica das Diretorias de Fiscalização e Unidades Regionais apresentam um comportamento declinante nos três exercícios analisados. Quanto à média de alertas por município durante um mesmo exercício nota-se pouca variação entre seus valores, observando-se que nem sempre ao maior número de alertas associa-se o maior número de motivos.

Tabela 05 – Alertas e motivos de pareceres desfavoráveis – Diretorias de Fiscalização e Unidades Regionais – 2008

DF/UR ⁴	ALERTAS - 2008	Total de motivos do parecer desfavorável	Municípios alertados da DF/UR	Média de alertas por município
DF-02	218	6	5	43,60
DF-03	167	5	4	41,75
DF-04	183	5	5	36,60
DF-05	163	5	4	40,75
DF-06	163	7	4	40,75
DF-07	197	1	5	39,40
DF-08	157	5	4	39,25
DF-09	214	6	6	35,67
DF-10	157	-	4	39,25
UR-01	1.177	23	38	30,97
UR-02	1.300	29	41	31,71
UR-03	1.445	35	41	35,24
UR-04	1.262	22	41	30,78
UR-05	1.125	26	37	30,41
UR-06	994	51	29	34,28
UR-07	835	22	25	33,40
UR-08	1.746	27	55	31,75
UR-09	1.222	21	39	31,33
UR-10	1.472	26	42	35,05
UR-11	1.397	27	43	32,49
UR-12	485	24	15	32,33
UR-13	1.069	31	35	30,54
UR-14	841	39	26	32,35
UR-15	665	9	21	31,67
UR-16	912	25	30	30,40
UR-17	721	16	23	31,35
UR-18	576	8	22	26,18
Total geral	20.863	501	644	32,40

Ainda na **Tabela 05**, observa-se que a maioria dos alertas foi emitida por UR-08, com 1.746 emissões contra 27 motivos dos pareceres desfavoráveis, enquanto a maior média ficou com DF-02.

Já o maior número de motivos, totalizando 51, está associado a 994 alertas emitidos por UR-06.

⁴ Nota: Foi considerada a distribuição dos municípios em vigor em 2013

No exercício de 2008, como se vê na tabela 06, todas as Unidades Regionais tiveram pelo menos um município com Parecer Desfavorável. Em 2009 não ocorreu Parecer Desfavorável para municípios de duas Unidades Regionais – UR-01 e UR-13.

Tabela 06 – Alertas e motivos de pareceres desfavoráveis – Diretorias de Fiscalização e Unidades Regionais – 2009

DF/UR	ALERTAS - 2009	Total de motivos do parecer desfavorável	Municípios alertados da DF/UR	Média de alertas por município
DF-02	162	12	5	32,40
DF-03	123	22	4	30,75
DF-04	142	-	5	28,40
DF-05	130	11	4	32,50
DF-06	104	2	4	26,00
DF-07	185	-	5	37,00
DF-08	116	1	4	29,00
DF-09	152	22	6	25,33
DF-10	133	13	4	33,25
UR-01	904	-	38	23,79
UR-02	1.011	5	41	24,66
UR-03	1.201	22	41	29,29
UR-04	1.050	5	41	25,61
UR-05	1.044	9	37	28,22
UR-06	807	11	29	27,83
UR-07	649	4	25	25,96
UR-08	1.411	1	55	25,65
UR-09	949	33	39	24,33
UR-10	1.089	33	42	25,93
UR-11	1.121	7	43	26,07
UR-12	383	3	15	25,53
UR-13	826	-	35	23,60
UR-14	647	12	26	24,88
UR-15	547	11	21	26,05
UR-16	749	22	30	24,97
UR-17	598	11	23	26,00
UR-18	438	1	22	19,91
Total geral	16.671	273	644	25,89

Em 2010 há um ligeiro aumento no total de motivos do Parecer Desfavorável em face de uma queda no volume de alertas gerados.

Tabela 07 – Alertas e motivos de pareceres desfavoráveis – Diretorias de Fiscalização e Unidades Regionais – 2010

DF/UR	ALERTAS - 2010	Total de motivos do parecer desfavorável	Municípios alertados da DF/UR	Média de alertas por município
DF-02	138	11	5	27,60
DF-03	95	3	4	23,75
DF-04	141	5	5	28,20
DF-05	98	1	4	24,50
DF-06	85	-	4	21,25
DF-07	148	1	5	29,60
DF-08	84	1	4	21,00
DF-09	146	7	6	24,33
DF-10	105	5	4	26,25
UR-01	789	5	38	20,76
UR-02	843	12	41	20,56
UR-03	1.045	11	41	25,49
UR-04	962	23	41	23,46
UR-05	912	15	37	24,65
UR-06	719	13	29	24,79
UR-07	542	18	25	21,68
UR-08	1.161	13	55	21,11
UR-09	855	15	39	21,92
UR-10	1.008	7	42	24,00
UR-11	924	28	43	21,49
UR-12	326	11	15	21,73
UR-13	716	5	35	20,46
UR-14	603	27	26	23,19
UR-15	464	3	21	22,10
UR-16	705	13	30	23,50
UR-17	516	6	23	22,43
UR-18	414	21	22	18,82
Total geral	14.544	280	644	22,58

IV - MUNICÍPIOS COM PARECERES DESFAVORÁVEIS EM MAIS DE UM EXERCÍCIO

Considerando a lógica *Alerta – Irregularidade – Parecer Desfavorável*, há casos onde o município que incorre em irregularidades que conduzem ao parecer desfavorável, repete em dois ou três exercícios, sequencial ou alternadamente, as mesmas irregularidades, gerando, em consequência, parecer desfavorável nesses exercícios.

Analisamos tais reincidências ao longo dos três exercícios sequenciais e também em exercícios intercalados dois a dois.

Como se pode observar, são vinte municípios que reincidem nos três exercícios analisados, conforme apresentado na Tabela 08 adiante.

Tabela 08 – Municípios com pareceres desfavoráveis nos exercícios de 2008, 2009 e 2010

Município	Exercícios de reincidências	Número do TC 2008	Motivos 2008	Número do TC 2009	Motivos 2009	Número do TC 2010	Motivos 2010
PRESIDENTE ALVES	2008/2009/2010	1680/026/08	EDUCAÇÃO; OUTROS	0145/026/09	EDUCAÇÃO; SAÚDE	2543/026/10	OUTROS
JANDIRA	2008/2009/2010	1810/026/08	EDUCAÇÃO; OUTROS	275/026/09	OUTROS	2673/026/10	OUTROS
TABOÃO DA SERRA	2008/2009/2010	1899/026/08	EDUCAÇÃO; PRECATÓRIOS; OUTROS	364/026/09	EDUCAÇÃO	2762/026/10	OUTROS
AGUDOS	2008/2009/2010	1727/026/08	EDUCAÇÃO; OUTROS	0192/026/09	EDUCAÇÃO	2590/026/10	EDUCAÇÃO
ORIENTE	2008/2009/2010	1836/026/08	PRECATÓRIOS; MAGISTÉRIO	0301/026/09	EDUCAÇÃO	2699/026/10	SAÚDE; PRECATÓRIOS; OUTROS
APARECIDA	2008/2009/2010	1923/026/08	EDUCAÇÃO; LRF/RESTOS A PAGAR	0388/026/09	DÉFICIT; OUTROS	2786/026/10	OUTROS
SARAPUÍ	2008/2009/2010	1895/026/08	EDUCAÇÃO	360/026/09	EDUCAÇÃO	2758/026/10	PRECATÓRIOS
BRODOWSKI	2008/2009/2010	1940/026/08	EDUCAÇÃO	405/026/09	OUTROS	2803/026/10	DÉFICIT; PRECATÓRIOS; OUTROS
ITAQUAQUECETUBA	2008/2009/2010	1983/026/08	EDUCAÇÃO	0448/026/09	DÉFICIT	2846/026/10	PRECATÓRIOS
CAJAMAR	2008/2009/2010	1571/026/08	EDUCAÇÃO	36/026/09	LEI DE RESPONSABILIDADE FISCAL	2434/026/10	DÉFICIT; EDUCAÇÃO; OUTROS
TREMEMBÉ	2008/2009/2010	2100/026/08	DÉFICIT; EDUCAÇÃO; LRF/RESTOS A PAGAR; PRECATÓRIOS; OUTROS	0565/026/09	DÉFICIT; PRECATÓRIOS; EDUCAÇÃO; OUTROS	2963/026/10	EDUCAÇÃO; PESSOAL
DIADEMA	2008/2009/2010	1768/026/08	EDUCAÇÃO	233/026/09	OUTROS	2631/026/10	EDUCAÇÃO; PRECATÓRIOS
PIRACICABA	2008/2009/2010	1670/026/08	EDUCAÇÃO	135/026/09	EDUCAÇÃO	2533/026/10	EDUCAÇÃO; OUTROS
FERRAZ DE VASCONCELOS	2008/2009/2010	1967/026/08	EDUCAÇÃO	432/026/09	EDUCAÇÃO	2830/026/10	EDUCAÇÃO; PRECATÓRIOS
RESTINGA	2008/2009/2010	2047/026/08	EDUCAÇÃO	512/026/09	EDUCAÇÃO	2910/026/10	PESSOAL; EDUCAÇÃO; OUTROS

Município	Exercícios de reincidências	Número do TC 2008	Motivos 2008	Número do TC 2009	Motivos 2009	Número do TC 2010	Motivos 2010
GUARANI D'OESTE	2008/2009/2010	1602/026/08	OUTROS; DÉFICIT ; PRECATÓRIOS	0067/026/09	OUTROS	2465/026/10	PESSOAL; OUTROS
SUMARÉ	2008/2009/2010	1710/026/08	EDUCAÇÃO	175/026/09	OUTROS	2573/026/10	DÉFICIT; OUTROS
GUARULHOS	2008/2009/2010	1785/026/08	EDUCAÇÃO	0250/026/09	EDUCAÇÃO; DÉFICIT; OUTROS	2648/026/10	EDUCAÇÃO; OUTROS
IGUAPE	2008/2009/2010	1791/026/08	PRECATÓRIOS; OUTROS	0256/026/09	DÉFICIT; MAGISTÉRIO; ENCARGOS SOCIAIS; OUTROS	2654/026/10	DEFICIT
MARABÁ PAULISTA	2008/2009/2010	1823/026/08	PRECATÓRIOS; OUTROS	0288/026/09	OUTROS	2686/026/10	PRECATÓRIOS; OUTROS

Continuamos nossas análises, intercalando os três exercícios, dois a dois, conforme a tabela abaixo:

Tabela 09 – Exercícios analisados e reincidências

Exercício	Casos
2009 – 2010	10
2008 – 2010	41
2008 – 2009	13

Nota-se que em exercícios intercalados, aumenta consideravelmente a ocorrência de Pareceres Desfavoráveis.

Tabela 10 – Municípios com pareceres desfavoráveis nos exercícios de 2009 e 2010

Município	Exercícios de reincidências	Número do TC 2009	Motivos 2009	Número do TC 2010	Motivos 2010
OSASCO	2009/2010	0126/026/09	EDUCAÇÃO; OUTROS	2524/026/10	CONTRATOS; PESSOAL; OUTROS
CAMPINAS	2009/2010	0037/026/09	DÉFICIT	2435/026/10	PRECATÓRIOS; OUTROS
SALTO	2009/2010	157/026/09	EDUCAÇÃO	2555/026/10	EDUCAÇÃO
ATIBAIA	2009/2010	395/026/09	EDUCAÇÃO	2793/026/10	EDUCAÇÃO
MESÓPOLIS	2009/2010	0590/026/09	OUTROS	2988/026/10	EDUCAÇÃO; SAÚDE
ITAPIRAPUÃ PAULISTA	2009/2010	619/026/09	DEFICIT; OUTROS	3017/026/10	DÉFICIT; EDUCAÇÃO PRECATÓRIOS; OUTROS
PIRAPORA DO BOM JESUS	2009/2010	137/026/09	EDUCAÇÃO; OUTROS	2535/026/10	EDUCAÇÃO; OUTROS
ÁGUAS DE SÃO PEDRO	2009/2010	2/026/09	EDUCAÇÃO; OUTROS	2400/026/10	OUTROS
TAUBATÉ	2009/2010	0563/026/09	PESSOAL; OUTROS	2961/026/10	OUTROS
ARAÇARIGUAMA	2009/2010	612/026/09	DEFICIT; PRECATÓRIOS	3010/026/10	OUTROS

Tabela 11 – Municípios com pareceres desfavoráveis nos exercícios de 2008 e 2010

Município	Exercícios de reincidências	Número do TC 2008	Motivos 2008	Número do TC 2010	Motivos 2010
SÃO JOÃO DAS DUAS PONTES	2008/2010	1705/026/08	LRF/RESTOS A PAGAR; PRECATÓRIOS	2568/026/10	DEFICIT
RIBEIRÃO PRETO	2008/2010	2050/026/08	EDUCAÇÃO; OUTROS	2913/026/10	DÉFICIT; PRECATÓRIOS
CHAVANTES	2008/2010	1762/026/08	EDUCAÇÃO; OUTROS	2625/026/10	OUTROS
ANDRADINA	2008/2010	1544/026/08	EDUCAÇÃO; DEFICIT; OUTROS	2407/026/10	PRECATÓRIOS; CONTRATOS; PESSOAL
ITOBI	2008/2010	1985/026/08	EDUCAÇÃO	2848/026/10	OUTROS
JUQUITIBA	2008/2010	1814/026/08	LRF/RESTOS A PAGAR	2677/026/10	PRECATÓRIOS
PONTAL	2008/2010	2042/026/08	DEFICIT; OUTROS	2905/026/10	DÉFICIT; PRECATÓRIOS; OUTROS
ILHA COMPRIDA	2008/2010	2152/026/08	DÉFICIT ; EDUCAÇÃO; LRF/RESTOS A PAGAR; OUTROS	3015/026/10	DEFICIT
CORONEL MACEDO	2008/2010	1764/026/08	EDUCAÇÃO	2627/026/10	DÉFICIT, EDUCAÇÃO
IPORANGA	2008/2010	1796/026/08	EDUCAÇÃO ; PRECATÓRIOS; OUTROS	2659/026/10	EDUCAÇÃO ; DEFICIT; OUTROS
RIVERSUL	2008/2010	1876/026/08	OUTROS	2739/026/10	OUTROS

Município	Exercícios de reincidências	Número do TC 2008	Motivos 2008	Número do TC 2010	Motivos 2010
UBARANA	2008/2010	2128/026/08	DÉFICIT; LRF/RESTOS A PAGAR; OUTROS	2991/026/10	DÉFICIT; OUTROS; PESSOAL; EDUCAÇÃO; CONTRATOS; PESSOAL
SANTA LÚCIA	2008/2010	2063/026/08	DEFICIT; OUTROS	2926/026/10	PESSOAL
BARRA DO TURVO	2008/2010	1740/026/08	LRF/RESTOS A PAGAR; MAGISTÉRIO	2603/026/10	PESSOAL; OUTROS
ITUVERAVA	2008/2010	1986/026/08	PRECATÓRIOS	2849/026/10	EDUCAÇÃO
MIGUELÓPOLIS	2008/2010	2004/026/08	LEI DE RESPONSABILIDADE FISCAL	2867/026/10	PESSOAL
POTIM	2008/2010	2120/026/08	LRF/RESTOS A PAGAR; DÉFICIT; PRECATÓRIOS	2983/026/10	EDUCAÇÃO; OUTROS
NIPOÃ	2008/2010	1654/026/08	EDUCAÇÃO	2517/026/10	EDUCAÇÃO; OUTROS
PROMISSÃO	2008/2010	1681/026/08	OUTROS	2544/026/10	EDUCAÇÃO
CAMPOS DO JORDÃO	2008/2010	1947/026/08	LRF/RESTOS A PAGAR; OUTROS	2810/026/10	DEFICIT; OUTROS
RIBEIRÃO BRANCO	2008/2010	1874/026/08	EDUCAÇÃO; OUTROS	2737/026/10	PRECATÓRIOS; PESSOAL
CAFELÂNDIA	2008/2010	1569/026/08	PRECATÓRIOS; OUTROS	2432/026/10	EDUCAÇÃO; PRECATÓRIOS
RIOLÂNDIA	2008/2010	1687/026/08	PRECATÓRIOS; MAGISTÉRIO	2550/026/10	EDUCAÇÃO
SÃO ROQUE	2008/2010	1893/026/08	EDUCAÇÃO	2756/026/10	EDUCAÇÃO
SALMOURÃO	2008/2010	1879/026/08	EDUCAÇÃO; PRECATÓRIOS	2742/026/10	EDUCAÇÃO
SERRANA	2008/2010	2084/026/08	DEFICIT; PRECATÓRIOS; OUTROS	2947/026/10	DÉFICIT; EDUCAÇÃO; PRECATÓRIOS

Município	Exercícios de reincidências	Número do TC 2008	Motivos 2008	Número do TC 2010	Motivos 2010
SANTA CLARA D'OESTE	2008/2010	1695/026/08	EDUCAÇÃO; PRECATÓRIO	2558/026/10	DEFICIT
EMILIANÓPOLIS	2008/2010	2114/026/08	EDUCAÇÃO	2977/026/10	OUTROS
SÃO CARLOS	2008/2010	1703/026/08	OUTROS	2566/026/10	EDUCAÇÃO
CARAGUATATUBA	2008/2010	1949/026/08	PRECATÓRIOS; OUTROS	2812/026/10	OUTROS
SÃO LOURENÇO DA SERRA	2008/2010	2130/026/08	DÉFICIT; EDUCAÇÃO; PRECATÓRIOS; LRF /RESTOS A PAGAR;OUTROS	2993/026/10	LEI DE RESPONSABILIDADE FISCAL
ITIRAPINA	2008/2010	1621/026/08	DEFICIT	2484/026/10	OUTROS
PLATINA	2008/2010	1859/026/08	LRF/RESTOS A PAGAR; MAGISTÉRIO	2722/026/10	PRECATÓRIOS
PALESTINA	2008/2010	2024/026/08	DÉFICIT ; LRF/RESTOS A PAGAR; OUTROS	2887/026/10	DÉFICIT
EMBU-GUAÇU	2008/2010	1774/026/08	EDUCAÇÃO	2637/026/10	CONTRATOS ; OUTROS
PANORAMA	2008/2010	1843/026/08	EDUCAÇÃO; OUTROS	2706/026/10	DEFICIT, OUTROS
ARTUR NOGUEIRA	2008/2010	1928/026/08	EDUCAÇÃO	2791/026/10	EDUCAÇÃO
PIACATU	2008/2010	1668/026/08	OUTROS	2531/026/10	PRECATÓRIOS; CONTRATOS; OUTROS
TUPÃ	2008/2010	1910/026/08	PRECATÓRIOS	2773/026/10	EDUCAÇÃO; OUTROS
VARGEM	2008/2010	2122/026/08	EDUCAÇÃO; DEFICIT	2985/026/10	DÉFICIT ; PESSOAL; OUTROS
MERIDIANO	2008/2010	1642/026/08	PRECATÓRIOS	2505/026/10	EDUCAÇÃO; PRECATÓRIOS

Tabela 12 – Municípios com pareceres desfavoráveis nos exercícios de 2008 e 2009

Município	Exercícios de reincidências	Número do TC 2008	Motivos 2008	Número do TC 2009	Motivos 2009
PONTES GESTAL	2008/2009	1676/026/08	EDUCAÇÃO ; LRF/RESTOS A PAGAR; OUTROS	0141/026/09	EDUCAÇÃO ; OUTROS
BOM SUCESSO DE ITARARÉ	2008/2009	2149/026/08	EDUCAÇÃO ; PRECATÓRIOS	614/026/09	EDUCAÇÃO ; OUTROS
IBIRAREMA	2008/2009	1788/026/08	LRF/RESTOS A PAGAR; EDUCAÇÃO	0253/026/09	EDUCAÇÃO
SÃO JOSÉ DO BARREIRO	2008/2009	2076/026/08	LRF/RESTOS A PAGAR; OUTROS	0541/026/09	PRECATÓRIOS
BOM JESUS DOS PERDÕES	2008/2009	1938/026/08	DÉFICIT ; EDUCAÇÃO ; LRF/RESTOS A PAGAR; OUTROS	0403/026/09	DÉFICIT ; OUTROS
INDIANA	2008/2009	1792/026/08	DÉFICIT ; LRF/RESTOS A PAGAR; PRECATÓRIOS; OUTROS	0257/026/09	PESSOAL
CAIABU	2008/2009	1751/026/08	PRECATÓRIOS; OUTROS	0216/026/09	LRF
FLORA RICA	2008/2009	1777/026/08	EDUCAÇÃO ; LRF/RESTOS A PAGAR; PESSOAL; OUTROS	0242/026/09	EDUCAÇÃO ; MAGISTÉRIO
SANTANA DA PONTE PENSA	2008/2009	1699/026/08	MAGISTÉRIO ; PRECATÓRIOS; OUTROS	0164/026/09	MAGISTÉRIO
POÁ	2008/2009	2041/026/08	EDUCAÇÃO GLOBAL; EDUCAÇÃO ; LRF/RESTOS A PAGAR; OUTROS	0506/026/09	EDUCAÇÃO
BANANAL	2008/2009	1932/026/08	PRECATÓRIOS; EDUCAÇÃO ; LRF/RESTOS A PAGAR	0397/026/09	DÉFICIT ; PESSOAL; OUTROS
POLONI	2008/2009	1674/026/08	EDUCAÇÃO ; OUTROS	0139/026/09	EDUCAÇÃO
MAUÁ	2008/2009	2003/026/08	EDUCAÇÃO ; LRF/RESTOS A PAGAR; PRECATÓRIOS; DÉFICIT ; OUTROS	0468/026/09	EDUCAÇÃO ; OUTROS

V – CLASSIFICAÇÃO DOS MUNICÍPIOS PELO NÚMERO DE ALERTAS:

Quanto ao número de alertas por município a situação dos trinta maiores é a seguinte, considerando que Jundiá lidera nos três exercícios, 2008 a 2010:

Tabela 13 – Maior número de alertas por município – 2008

MUNICÍPIO – 2008	DF / UR ⁵	NÚMERO DE ALERTAS	TOTAL DE MOTIVOS DO PARECER DESFAVORÁVEL
JUNDIAI	UR-03	73	
SÃO BERNARDO DO CAMPO	DF-07	69	
PIRACICABA	UR-10	67	1
CAMPINAS	DF-02	62	
ARARAS	UR-03	59	
SERRANA	UR-06	59	5
MARÍLIA	UR-05	57	3
SÃO JOSÉ DO RIO PARDO	UR-10	56	
DIADEMA	DF-03	55	2
AMERICANA	UR-03	54	4
BARRETOS	UR-08	54	4
OSASCO	DF-10	54	
ENGENHEIRO COELHO	UR-10	53	4
PONTES GESTAL	UR-11	52	3
ARAÇARIGUAMA	UR-09	51	
CAPIVARI	UR-03	51	3
FRANCISCO MORATO	DF-05	51	3
LIMEIRA	UR-10	51	
SANTA FÉ DO SUL	UR-11	51	
ARARAQUARA	UR-10	50	
SÃO JOÃO DA BOA VISTA	UR-10	50	
MAUÁ	DF-06	49	5
BRODOWSKI	UR-06	48	5
TAQUARITINGA	UR-13	48	2
UNIÃO PAULISTA	UR-08	48	
VOTORANTIM	UR-09	48	2
CARAGUATATUBA	UR-07	47	2
GUARAÇAI	UR-15	47	
IPIGUÁ	UR-08	47	
MANDURI	UR-02	47	1

⁵ Nota: Foi considerada a distribuição dos municípios em vigor em 2013

Tabela 14 – Maior número de alertas por município – 2009

MUNICÍPIO – 2009	DF / UR	NÚMERO DE ALERTAS	TOTAL DE MOTIVOS DO PARECER DESFAVORÁVEL
JUNDIAI	UR-03	57	
MARÍLIA	UR-05	56	
OSASCO	DF-10	54	1
LUIS ANTONIO	UR-06	53	
PIRACICABA	UR-10	52	1
SÃO BERNARDO DO CAMPO	DF-07	51	
RIBEIRÃO PRETO	UR-17	50	
CAMPINAS	DF-02	49	1
JABOTICABAL	UR-06	49	
BARRETOS	UR-08	47	
IGARAÇU DO TIETÊ	UR-02	47	
SÃO CAETANO DO SUL	DF-07	47	
AMERICANA	UR-03	46	
DIADEMA	DF-03	46	1
MIRASSOL	UR-08	46	
SANTA BÁRBARA D'OESTE	UR-03	45	
PARANAPANEMA	UR-16	44	
ARAÇARIGUAMA	UR-09	41	1
CATIGUÁ	UR-08	41	
PARAIBUNA	UR-07	41	
UBARANA	UR-08	41	
PIRAPORA DO BOM JESUS	DF-09	40	1
PONTES GESTAL	UR-11	40	1
SÃO SEBASTIÃO	UR-07	40	
TURIÚBA	UR-01	40	
VARGEM GRANDE DO SUL	UR-10	40	
VINHEDO	UR-03	40	
CAPIVARI	UR-03	39	
CRUZEIRO	UR-14	39	
MARTINÓPOLIS	UR-05	39	1

Tabela 15 – Maior número de alertas por município – 2010

MUNICÍPIO – 2010	DF / UR	NÚMERO DE ALERTAS	TOTAL DE MOTIVOS DO PARECER DESFAVORÁVEL
JUNDIAI	UR-03	60	
JABOTICABAL	UR-06	55	
LUIS ANTONIO	UR-06	50	
MARÍLIA	UR-05	49	3
CAMPINAS	DF-02	48	4
PIRACICABA	UR-10	48	2
IGARAÇU DO TIETÊ	UR-02	47	
SÃO VICENTE	DF-04	46	1
OURINHOS	UR-04	44	
ENGENHEIRO COELHO	UR-10	42	
JÚLIO MESQUITA	UR-04	42	2
SÃO SEBASTIÃO	UR-07	42	3
BRODOWSKI	UR-06	41	3
FRANCISCO MORATO	DF-05	41	
SÃO BERNARDO DO CAMPO	DF-07	41	
PARAIBUNA	UR-07	40	
PIRAPORA DO BOM JESUS	DF-09	40	3
PRESIDENTE EPITÁCIO	UR-05	40	
SÃO JOSÉ DO RIO PARDO	UR-10	40	
MIRASSOL	UR-08	39	
VARGEM GRANDE DO SUL	UR-10	39	
ÁGUAS DE LINDÓIA	UR-03	38	
CATIGUÁ	UR-08	38	
IEPÊ	UR-05	38	2
EMBU DAS ARTES	DF-07	37	
ARARAQUARA	UR-10	36	
ARARAS	UR-03	36	
RIBEIRÃO PRETO	UR-17	36	2
ÁLVARO DE CARVALHO	UR-04	35	
PIQUETE	UR-14	35	

VI – CLASSIFICAÇÃO DE MUNICÍPIOS QUANTO AO NÚMERO DE MOTIVOS PARA O PARECER DESFAVORÁVEL

Quanto ao número total de motivos para o parecer desfavorável a situação dos trinta maiores é a seguinte:

Tabela 16 – Maior número de motivos do parecer desfavorável por município – 2008

MUNICÍPIO – 2008	DF/UR	NÚMERO DE ALERTAS	TOTAL DE MOTIVOS DO PARECER DESFAVORÁVEL
MONTE ALTO	UR-13	26	6
SERRANA	UR-06	59	5
MAUÁ	DF-06	49	5
BRODOWSKI	UR-06	48	5
BURI	UR-16	41	5
SÃO LOURENÇO DA SERRA	DF-04	41	5
TREMEMBÉ	UR-14	40	5
GUARIBA	UR-13	38	5
BARRINHA	UR-06	36	5
AMÉRICO BRASILIENSE	UR-13	34	5
SANTA LÚCIA	UR-13	33	5
RIBEIRÃO BRANCO	UR-16	28	5
JARINU	UR-03	25	5
BOM SUCESSO DE ITARARÉ	UR-16	24	5
AMERICANA	UR-03	54	4
BARRETOS	UR-08	54	4
ENGENHEIRO COELHO	UR-10	53	4
FERRAZ DE VASCONCELOS	DF-02	43	4
PANORAMA	UR-15	42	4
MIGUELÓPOLIS	UR-17	41	4
SANTA CLARA D'OESTE	UR-11	40	4
POTIM	UR-14	37	4
SANTA BRANCA	UR-07	37	4
INDIANA	UR-05	35	4
PALESTINA	UR-08	35	4
SANTA CRUZ DA ESPERANÇA	UR-06	34	4
RESTINGA	UR-17	33	4
ÁGUAS DA PRATA	UR-10	32	4
CAPELA DO ALTO	UR-09	32	4
QUINTANA	UR-04	32	4

MOTIVOS: Educação, Déficit, Precatórios, Pessoal, Magistério, LRF, Restos a Pagar, Livros/Contabilidade, Saúde, Ed. Fundamental, Previdência, Outras irregularidades.

Tabela 17 – Maior número de motivos do parecer desfavorável por município – 2009

MUNICÍPIO – 2009	DF/UR	NÚMERO DE ALERTAS	TOTAL DE MOTIVOS DO PARECER DESFAVORÁVEL
OSASCO	DF-10	54	1
PIRACICABA	UR-10	52	1
CAMPINAS	DF-02	49	1
DIADEMA	DF-03	46	1
ARAÇARIGUAMA	UR-09	41	1
PIRAPORA DO BOM JESUS	DF-09	40	1
PONTES GESTAL	UR-11	40	1
MARTINÓPOLIS	UR-05	39	1
INDIANA	UR-05	38	1
JÚLIO MESQUITA	UR-04	38	1
BOM JESUS DOS PERDÕES	UR-07	37	1
ATIBAIA	UR-03	36	1
BERTIOGA	DF-08	35	1
BRODOWSKI	UR-06	35	1
MAUÁ	DF-06	35	1
SUMARÉ	UR-03	35	1
APARECIDA D'OESTE	UR-11	34	1
TREMEMBÉ	UR-14	34	1
BANANAL	UR-14	33	1
CARAPICUÍBA	DF-10	33	1
IBIRAREMA	UR-04	33	1
IEPÊ	UR-05	33	1
CAIABU	UR-05	32	1
GUARANI D'OESTE	UR-11	31	1
GUARULHOS	DF-08	31	1
JANDIRA	DF-05	31	1
POÁ	UR-07	30	1
ITAQUAQUECETUBA	UR-07	29	1
MESÓPOLIS	UR-11	29	1
PRESIDENTE ALVES	UR-02	29	1

MOTIVOS: Educação, Déficit, Precatórios, Pessoal, Magistério, LRF, Restos a pagar, Livros/contabilidade, Saúde, Ed. Fundamental, Previdência, Outras irregularidades.

Tabela 18 – Maior número de motivos do parecer desfavorável por município – 2010

MUNICÍPIO – 2010	DF/UR	NÚMERO DE ALERTAS	TOTAL DE MOTIVOS DO PARECER DESFAVORÁVEL
APARECIDA	UR-14	24	7
UBARANA	UR-08	24	7
ORIENTE	UR-04	22	7
PARANAPUÃ	UR-11	21	5
PACAEMBU	UR-18	13	5
CAMPINAS	DF-02	48	4
TREMembÉ	UR-14	35	4
CAJAMAR	DF-09	29	4
ITAPIRAPUÃ PAULISTA	UR-16	25	4
PARAPUÃ	UR-18	21	4
SALMOURÃO	UR-18	21	4
ITAQUAQUECETUBA	UR-07	16	4
PLATINA	UR-04	15	4
TAUBATÉ	UR-14	13	4
MARÍLIA	UR-05	49	3
SÃO SEBASTIÃO	UR-07	42	3
BRODOWSKI	UR-06	41	3
PIRAPORA DO BOM JESUS	DF-09	40	3
SERRANA	UR-06	35	3
OSASCO	DF-10	33	3
CHAVANTES	UR-04	32	3
RIBEIRÃO BRANCO	UR-16	32	3
IRAPURU	UR-18	28	3
PRESIDENTE VENCESLAU	UR-05	28	3
BARRA DO TURVO	UR-12	27	3
GUARANI D'OESTE	UR-11	26	3
IGUAPE	UR-12	26	3
LORENA	UR-14	26	3
BOITUVA	UR-09	25	3
MERIDIANO	UR-11	24	3

MOTIVOS: Educação, Déficit, Precatórios, Pessoal, Magistério, LRF, Restos a pagar, Livros/contabilidade, Saúde, Ed. Fundamental, Previdência, Outras irregularidades.

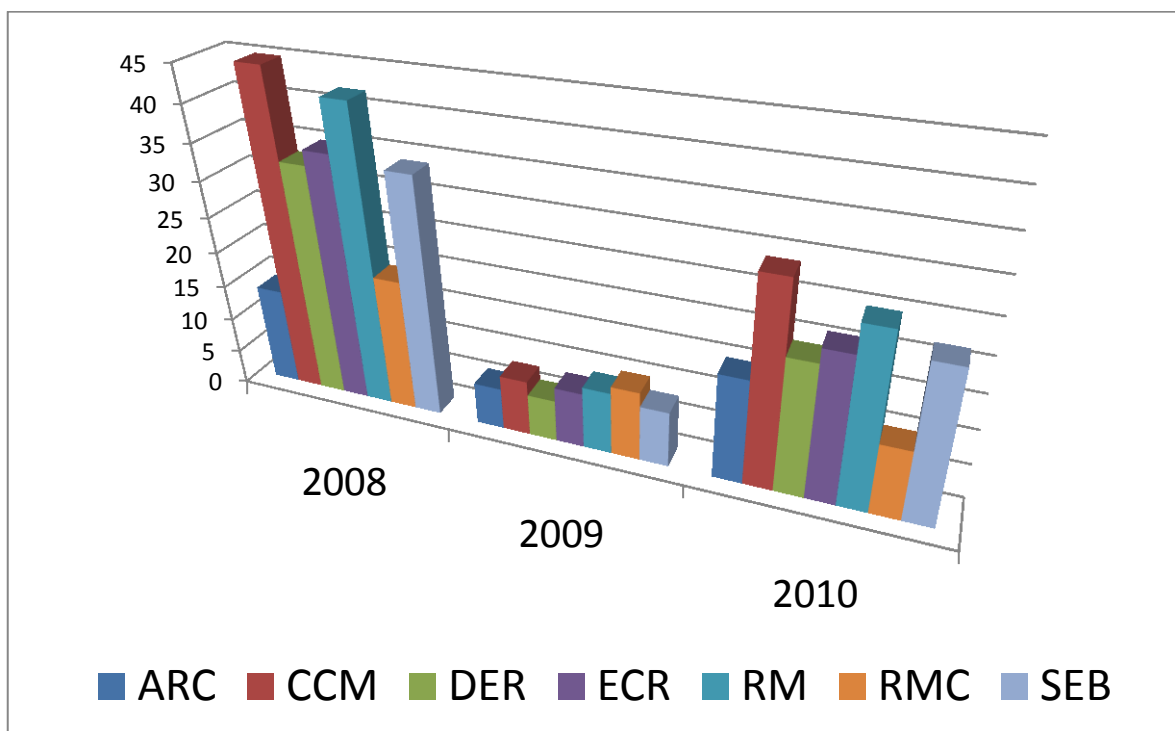
Observação: Este trabalho foi elaborado a partir de dados extraídos das bases administradas pelo AUDESP e DSFs I e II, razão pela qual, pequenas variações de valores podem surgir quando comparado às estatísticas do Resultado Anual de Julgados do TCESP.

APÊNDICE 1 – PARECERES DESFAVORÁVEIS EMITIDOS POR CONSELHEIRO (NÃO PUBLICAR – DADO RESTRITO)

Tabela 01 – Número de pareceres emitidos por Conselheiro nos três exercícios

CONSELHEIRO	2008	2009	2010	TOTAL
ARC	14	6	15	35
CCM	45	8	29	82
DER	33	6	19	58
ECR	35	8	21	64
RM	42	9	25	76
RMC	19	10	10	39
SEB	34	8	22	64
TOTAL ANUAL	222	55	141	418

Gráfico 01 – Número de pareceres emitidos por Conselheiro nos três exercícios



APÊNDICE 2 – MUNICÍPIOS REINCIDENTES E LEGENDA DO EXECUTIVO NAS ELEIÇÕES DE 2008

Tabela 01 – Legenda do poder executivo nas eleições de 2008 – Municípios reincidentes em parecer desfavorável nos três exercícios analisados

Município	Exercícios	Legenda do executivo – Eleição de 2008
AGUDOS	2008/2009/2010	PMDB
GUARANI D'OESTE	2008/2009/2010	PMDB
IGUAPE	2008/2009/2010	PP
ORIENTE	2008/2009/2010	PR
ITAQUAQUECETUBA	2008/2009/2010	PR
TABOÃO DA SERRA	2008/2009/2010	PSB
FERRAZ DE VASCONCELOS	2008/2009/2010	PSB
RESTINGA	2008/2009/2010	PSC
JANDIRA	2008/2009/2010	PSDB
APARECIDA	2008/2009/2010	PSDB
SARAPUÍ	2008/2009/2010	PSDB
CAJAMAR	2008/2009/2010	PSDB
PIRACICABA	2008/2009/2010	PSDB
MARABÁ PAULISTA	2008/2009/2010	PSDB
PRESIDENTE ALVES	2008/2009/2010	PT
DIADEMA	2008/2009/2010	PT
SUMARÉ	2008/2009/2010	PT
GUARULHOS	2008/2009/2010	PT
BRODOWSKI	2008/2009/2010	PTB
TREMOMBÉ	2008/2009/2010	PV

Tabela 02 – Legenda do poder executivo nas eleições de 2008 – Municípios reincidentes em parecer desfavorável em 2009 e 2010

Município	Exercícios	Legenda do executivo – Eleição de 2008
CAMPINAS	2009/2010	PDT
SALTO	2009/2010	PDT
TAUBATÉ	2009/2010	PMDB
ÁGUAS DE SÃO PEDRO	2009/2010	PSDB
ARAÇARIGUAMA	2009/2010	PSDB
OSASCO	2009/2010	PT
ITAPIRAPUÃ PAULISTA	2009/2010	PT
PIRAPORA DO BOM JESUS	2009/2010	PT
MESÓPOLIS	2009/2010	PTB
ATIBAIA	2009/2010	PV

Tabela 03 – Legenda do poder executivo nas eleições de 2008 – Municípios reincidentes em parecer desfavorável em 2008 e 2010

Município	Exercícios	Legenda do executivo – Eleição de 2008
RIBEIRÃO PRETO	2008/2010	DEM
PONTAL	2008/2010	DEM
IPORANGA	2008/2010	DEM
SÃO LOURENÇO DA SERRA	2008/2010	DEM
JUQUITIBA	2008/2010	PDT
CORONEL MACEDO	2008/2010	PDT
RIVERSUL	2008/2010	PHS
UBARANA	2008/2010	PMDB
EMBU-GUAÇU	2008/2010	PMDB
POTIM	2008/2010	PMN
CHAVANTES	2008/2010	PP
MIGUELÓPOLIS	2008/2010	PP
CAMPOS DO JORDÃO	2008/2010	PPS
SANTA CLARA D'OESTE	2008/2010	PR
PLATINA	2008/2010	PR
SÃO JOÃO DAS DUAS PONTES	2008/2010	PRB
BARRA DO TURVO	2008/2010	PRB
RIOLÂNDIA	2008/2010	PSB
ITOBI	2008/2010	PSDB
ILHA COMPRIDA	2008/2010	PSDB
SANTA LÚCIA	2008/2010	PSDB
ITUVERAVA	2008/2010	PSDB
SÃO ROQUE	2008/2010	PSDB
SALMOURÃO	2008/2010	PSDB
CARAGUATATUBA	2008/2010	PSDB
PANORAMA	2008/2010	PSDB
TUPÃ	2008/2010	PSDB
ANDRADINA	2008/2010	PT
RIBEIRÃO BRANCO	2008/2010	PT
CAFELÂNDIA	2008/2010	PT
SERRANA	2008/2010	PT
SÃO CARLOS	2008/2010	PT
ITIRAPINA	2008/2010	PT
ARTUR NOGUEIRA	2008/2010	PT
NIPOÃ	2008/2010	PTB
EMILIANÓPOLIS	2008/2010	PTB
PALESTINA	2008/2010	PTB
PIACATU	2008/2010	PTB
VARGEM	2008/2010	PTB
MERIDIANO	2008/2010	PTB
PROMISSÃO	2008/2010	PV

Tabela 04 – Legenda do poder executivo nas eleições de 2008 – Municípios reincidentes em parecer desfavorável em 2008 e 2009

Município	Exercícios	Legenda do executivo – Eleição 2008
INDIANA	2008/2009	DEM
MARÍLIA	2008/2009	PDT
POÁ	2008/2009	PDT
FLORA RICA	2008/2009	PMDB
IBIRAREMA	2008/2009	PR
SÃO JOSÉ DO BARREIRO	2008/2009	PR
BANANAL	2008/2009	PSB
PONTES GESTAL	2008/2009	PSDB
BOM SUCESSO DE ITARARÉ	2008/2009	PSDB
BOM JESUS DOS PERDÕES	2008/2009	PSDB
SANTANA DA PONTE PENSA	2008/2009	PSDB
POLONI	2008/2009	PSDB
MAUÁ	2008/2009	PT
CAIABU	2008/2009	PTB